



## ATUALIDADE

### MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL E NO MARANHÃO: avanços e desafios

Entrevista com José Reinaldo B. Ribeiro Jr.<sup>1</sup> realizada por Valéria Ferreira Santos de Almada Lima<sup>2</sup>

#### **Como você avalia a melhoria dos indicadores do mercado de trabalho no Brasil e no Maranhão apontada pelos dados da PNAD Contínua do terceiro trimestre de 2024?**

Com efeito, a continuidade do crescimento da economia brasileira, no 3º trimestre de 2024, seja a comparação temporal com o trimestre imediatamente anterior (0,9%) ou em relação ao mesmo trimestre de 2023 (4,0%), guarda íntima relação causal com a continuidade da expansão do mercado de trabalho. De fato, no 3º trimestre de 2024, a taxa de desocupação (6,4%) atingiu o menor patamar desde o 4º trimestre 2013 (6,3%), além de ter alcançado o maior contingente de pessoas ocupadas (103,029 milhões de pessoas) desde o início da série histórica, 1º trimestre de 2012.

O Maranhão seguiu no mesmo caminho, posto que sua economia no 3º trimestre de 2024 cresceu a uma taxa de 1,5% no cotejamento com o trimestre imediatamente anterior e 3,3% em relação ao mesmo trimestre de 2023 (cf. estudo do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos/IMESC). Assim, no Maranhão, no 3º trimestre de 2024, observou-se o maior volume de pessoas ocupadas de toda a série histórica da PNAD Contínua, ultrapassando, pela primeira vez, o montante dos 2,700 milhões de pessoas. A taxa de desocupação do 3º trimestre de 2024, 7,6%, mesmo sendo levemente superior à do trimestre anterior, 7,3%, indicando, estatisticamente, mais uma tendência de estabilidade, também foi fruto de um cenário mais promissor em que a força de trabalho potencial, aquela que, por razões diversas, tinha se afastado do mercado de

---

<sup>1</sup> Economista, Especialista em Economia do Trabalho, Servidor de Carreira do IBGE/MA, e autor dos seguintes livros: "Formação do Espaço Urbano de São Luís" e "Economia e Política no Maranhão durante o Estado Novo."

<sup>2</sup> Economista, Doutora em Políticas Públicas-UFMA, Pesquisadora do GAEPP, Coordenadora do eixo temático do Trabalho no Observatório Social e do Trabalho no Maranhão



trabalho, retornou a este, pressionando esse movimento de alta, que, reenfatizo, tem mais a marca de inalterabilidade entre um trimestre e outro.

A força de trabalho potencial, na passagem do 2º trimestre de 2024 para o imediato 3º trimestre, teve queda de 6,9%. E, dentro do quadro da força de trabalho potencial, uma vez mais, recuou o quantitativo de pessoas desalentadas, ou seja, aquelas pessoas que numa primeira abordagem da PNAD Contínua não foram capturadas como ocupadas nem desocupadas, mas, que, posteriormente, foram identificadas como sem esperança de encontrar uma oportunidade laboral, embora estivessem dispostas a trabalhar. Mesmo o Maranhão ainda tendo o 2º maior contingente de desalentados do país, sendo inferior apenas ao estado da Bahia, no 3º trimestre de 2024, o volume de desalentados foi de 308 mil, sendo o menor quantitativo desde o 2º trimestre de 2016 (266 mil pessoas). Em relação ao 2º trimestre de 2024, a queda no trimestre seguinte foi de 13,24%. Com efeito, parte desses outrora desalentados se voltou para o mercado de trabalho e não encontrando oportunidade foi qualificada agora como desempregada. Isso é sinal claro de que há um cenário mais promissor economicamente e com reflexos diretos no mercado de trabalho no Brasil e no Maranhão.

**Qual a relação da referida melhoria do mercado de trabalho, expressa, sobretudo na queda da taxa de desocupação, com o desempenho da economia no período em foco?**

De alguma forma, a resposta a esse questionamento foi dada anteriormente. O que podemos acrescentar é que a economia, ao se expandir, passa a utilizar os recursos ociosos e, em relação à sua capacidade de produção em si, à medida que ela vai sendo ocupada é sinal de maior demanda potencial por força de trabalho. Porém, um sinal de alerta nesse movimento, pois haverá setores que, ao expandirem sua capacidade de produção, requererão trabalhadores que podem não estar devidamente qualificados para assumir determinadas posições, gerando pontos de estrangulamento. Por isso, mais do que nunca governos e entes interessados em preparar trabalhadores para o mercado de trabalho têm que estar atentos para essa situação. Talvez, a economia maranhense formatada em grande parte por diversas unidades de produção de baixa intensidade de capital, isto é, empreendimentos que geram bens e serviços de reduzida complexidade, não se ressinta de imediato da falta de mão de obra mais qualificada. Todavia, atividades



econômicas que têm grandes plantas de produção, como ocorre em alguns setores da indústria de transformação, inclusive no Maranhão, e mesmo no setor de serviços (alojamento e alimentação de alta padrão e tecnologia de informação e comunicação) podem, no curto ou médio prazos, ter necessidade urgente de força de trabalho qualificada apta a assumir desafios numa economia que tem expectativa de crescimento mantidas por agentes econômicos que realizam a formação bruta de capital fixo, os investidores da produção real de bens e serviços. Isso apesar de um ambiente, no Brasil, de taxa de juros desnecessariamente mantidas em patamar acima do que seria necessário para manter os preços estáveis.

**Em que pese a melhoria observada, ainda persistem traços históricos do mercado de trabalho brasileiro, destacando-se a elevada taxa de informalidade das relações de trabalho e importantes desigualdades regionais que podem ser evidenciadas, por exemplo, na discrepância de indicadores, tais como, taxa de informalidade e rendimento médio do trabalho se comparado o Maranhão com a média do Brasil. Como você avalia as expectativas de superação de tamanhos desafios no sentido da redução da precariedade das relações de trabalho no Brasil e, particularmente, no Maranhão?**

Certamente, olhando os últimos números do mercado de trabalho no Maranhão, há fatos positivos ao se observar sua expansão. Em relação ao Brasil, idem. Por exemplo, o rendimento médio mensal do trabalho comparando o 3º trimestre de 2024 com o período imediato pós-pandemia, podendo-se considerar como tal o 4º trimestre de 2021, avançou 14,8% no Brasil e 25,3% no Maranhão. O rendimento médio mensal do trabalho do Maranhão relativo ao Brasil que, no 1º trimestre de 2012 equivalia a 54,7%, no 3º trimestre de 2024 já correspondia a 64,7%, um avanço de 10 pontos percentuais (p.p.). A diferença continua, mas diminuiu. A taxa de informalidade no Maranhão no 4º trimestre de 2015 era de 65% e no 3º trimestre de 2024 já tinha recuado para 55,6%. No Brasil, a informalidade tem encontrado mais rigidez para diminuir. Observando os números do início da série histórica, 4º trimestre de 2015, em que a informalidade estava na casa dos 38%, subiu para 40% a partir de 2017, diminuindo para a casa dos 39% a partir do 3º trimestre de 2022 e reduzindo mais um p.p. para trimestres mais recentes de 2024, praticamente voltando ao patamar do início da série histórica: 38%.



O certo é que mesmo com alguns avanços, esses são marcados ainda por contradições. Tanto faz olhar o Brasil como um todo como o Maranhão de modo particular. Antes de tudo, é sempre oportuno lembrar que um espaço territorial com as dimensões continentais do Brasil, formado por diversos cenários ambientais, 6 biomas, com clima variando do equatorial ao subtropical ao Sul, formações econômicas com peculiaridades diversas e inserções regionais no mercado nacional e internacional bem diferentes trataram de moldar uma estrutura socioeconômica com desigualdades espaciais bem nítidas. Ademais, não se conseguiu alcançar, mesmo com os fatores de produção que se têm, um grau de desenvolvimento econômico mais próximo ao dos países do chamado eixo central do capitalismo e mesmo de algumas nações do Leste asiático. O processo de heterogeneidade econômica do Brasil, cujo ponto de partida histórico situa-se na segunda metade do século XIX e que teve, no século XX, uma industrialização com bases mais sólidas instaladas no Centro Sul do país, consolidou um modelo baseado numa economia dualista do ponto de vista da regionalização. A partir da segunda metade do século XX, tendo como inegável o *apartheid* inter-regional como peça da estrutura da economia brasileira, formou-se um debate para encontrar soluções com vistas a superar as diferenças geoeconômicas do país. De lá para cá, várias tentativas houve e ainda há com o intuito de superar os desencontrados blocos que formam o mosaico econômico brasileiro.

O Maranhão esteve e está do lado menos dinâmico da economia nacional. Por isso, seus desafios continuam. Em vários aspectos há desvantagens que são concretamente visíveis quando se olham números atinentes ao mercado de trabalho, tendo, por exemplo, a renda monetária como referência analítica. Outros aspectos também colocam em desvantagem o mercado de trabalho do Maranhão relativo à média do Brasil, em que o Centro Sul apresenta um cenário com indicadores melhores a exemplo da informalidade. Isso não quer dizer que mesmo na parte mais desenvolvida da nação as contradições não estejam presentes. Por exemplo, São Paulo, detentor de cerca de 31% do PIB nacional, tem uma taxa de informalidade na casa dos 30%. Por mais contraditório que seja, até o 3º trimestre de 2017, estava abaixo desses 30%. É uma economia 22 vezes maior que a do Maranhão e muito mais diversificada com setores muito modernos. Porém, isso não deve servir como consolo aqui no Maranhão. É necessário descobrir formas próprias de estimular a formalidade no mercado de trabalho, mas não podemos olvidar que, em bases produtivas



de baixa diversidade e frágil complexidade, dificilmente se evitará a informalidade. Não será por decreto pura e simplesmente. São ajustes que a economia naturalmente pode ensejar à medida que ela se moderniza, embora o olhar do Estado precise estar presente para evitar concorrências desleais entre unidades de produção de mesmo padrão de faturamento.

Trata-se de um processo em que 1) a contínua busca do crescimento econômico seja sempre uma meta a ser alcançada, embora não a qualquer preço, pois, sem dúvida, o meio ambiente impõe já sérios limites, e 2) a constituição de setores dinâmicos de produtividade elevada que funcionem sem temer o olhar vigilante do Estado podem ensejar, de modo mais rápido, a diminuição das diferenças que ainda separam qualitativamente o mercado de trabalho do Maranhão da média geral do país, precipuamente das economias do Centro Sul. Modernizar seu parque produtivo, eis o grande desafio. Uma grande questão é: quais são os setores da economia que poderiam ser privilegiados e estimulados aproveitando as potencialidades locais e como facilitar a sua criação? É o debate que cabe fazer e estimular o governo estadual, o meio acadêmico e a sociedade de um modo geral, empresários e trabalhadores em particular.

A criação ou melhor a recriação de um banco de desenvolvimento regional articulado, por exemplo, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) poderia ser uma ferramenta interessante nesse sentido. O próprio BNDES poderia ampliar sua presença em mais capitais do país ou se articular melhor com os bancos de fomento à produção já existentes como o Banco do Nordeste. No caso do Maranhão, o Banco da Amazônia, também. O sistema S, formado pelo SENAC/SENAI/SEST/SENAR e os centros de ensino superior seriam outros constituidores de um ambiente favorável à geração de setores mais dinâmicos da economia, sem olvidar o setor primário que ainda abriga 15% da força de trabalho ocupada no Estado, embora em tempos bem recentes, meados da segunda década do século XXI, empregasse 30% da mão de obra ocupada no Maranhão. Era o setor que mais empregava. Aqui cabe uma rápida digressão. Fatores múltiplos foram determinantes para essa perda de *status*, desde os de natureza climática em 2015/16 como os de política econômica implantada em nível federal a partir principalmente de 2016/2017, em que a grande produção continuou recebendo apoio e, ao que parece, a pequena produção foi perdendo tamanho no orçamento público da União em alinhamento com o orçamento dos Estados, como os do Nordeste. Certamente, uma



investigação mais rigorosa poderia trazer luz a esse fenômeno. Tudo leva a crer que parte desse contingente de ex-trabalhadores(as) rurais alimentou o ambiente de pessoas desalentadas. Pena que a tabulação básica da PNAD Contínua não indique quanto das pessoas desalentadas estavam ou ainda estão na zona rural e na zona urbana. Cabe aqui uma investigação bem interessante.

Para concluir, decerto que, em 2024, até o fechamento do 3º trimestre do ano, a economia brasileira, de um modo geral, com todos os solavancos causados por um desajuste entre uma política monetária restritiva e uma política fiscal empenhada efetivamente em andar para frente, venceu alguns desafios, se atentarmos para o crescimento do volume de negócios e com consequência direta no mercado de trabalho que se expandiu. O Maranhão acompanhou esse movimento. Porém, se percebe que esse desencontro entre política monetária e política fiscal em nível nacional tem que ser evitado até porque o cenário internacional requer cuidado e ações de precaução para se proteger de danos de natureza ambiental e de geopolítica internacional. Os agentes econômicos e políticos do Maranhão, dentro de seus limites de ação, têm que ter programas preparados e atentos ao movimento da economia nacional de tal modo a aproveitar da melhor forma possível as oportunidades que possam ser vantajosas para economia local, ainda marcada por vários setores de baixa complexidade/baixa produtividade, em que a sua força de trabalho possa ser aproveitada. Não podemos esquecer que tanto a economia brasileira quanto a economia maranhense, continuando um quadro de crescimento econômico, podem ter problemas nos curto e médio prazos de escassez de força de trabalho devidamente qualificada para pôr em funcionamento seus respectivos aparelhos de produção. Se, no 1º trimestre de 2012, 46,6% da força de trabalho ocupada no Maranhão eram de pessoas sem instrução ou fundamental incompleto, sendo a 3ª Unidade da Federação (UF), dentre as 27, com maior percentual para esse indicador, pouco mais de 12 anos depois, no 3º trimestre de 2024, esse percentual reduziu para 25,9%, superando cinco UFs da região Nordeste e uma UF da região Norte. Decerto, isso guarda correlação com a perda de força de trabalho no campo, como já foi indicado anteriormente, mas outros setores da economia, que necessitavam de força de trabalho mais qualificada, maior nível de instrução, de algum modo, tiveram resposta. Podemos perceber que o percentual de pessoas ocupadas com ensino superior completo que, no 1º trimestre de 2012, no Maranhão, era de 6,4%, o menor dentre as 27 UFs, no 3º trimestre de 2024, esse



percentual foi para 17,6%, superando já 3 UFs. Alguns desafios foram vencidos para se alcançar um mercado de trabalho menos precarizado, mas pelos indicadores que ainda se apresentam no Brasil e no Maranhão, há ainda muito a ser feito.